

SÃO PEDRO - 1929

A CRISE DO CAFÉ E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Carlos Eduardo Trivellato

INTRODUÇÃO

O presente projeto, busca resgatar os efeitos de uma crise sócio-econômica, sobre uma cidade, de forma a apresentar, como resultado, os indícios encontrados da existência de um meio econômico, não mais existente na mesma comunidade e os motivos que o levaram ao desaparecimento.

Desta forma, buscaremos discutir a influência da crise de 1929 no cotidiano da cidade de São Pedro, situada na região de Piracicaba, cuja principal atividade econômica caracterizava-se até então pelo cultivo de café, influenciando em grande parte na própria formação da população atual, decorrente do sistema de mão-de-obra que sucedeu a abolição da escravatura, caracterizando-se pelo afluxo da força de trabalho estrangeira, no caso a italiana, que não só constituiria a maior parte da população, mas que praticamente acabou por substituir a burguesia cafeeira, não apenas no sistema de plantio (passando da monocultura para o cultivo de produtos variados), mas também nas posses das terras, como resultado da decadência de um sistema sócio-econômico.

Com a crise do café, encontramos em São Pedro, um fator de mudança radical em sua própria história. Pouco explorado, este tema encontra-se ainda vivo nas pessoas que viveram não apenas a crise mas, principalmente, as suas conseqüências. A documentação disponível sobre os efeitos diretos da crise em São Pedro é muito limitada, o que virá a constituir um trabalho de pesquisa baseado na história oral, jornais da época, e outros dados disponíveis fora da cidade, mas que constituem um panorama comum a própria região na época.

Longe de encontrar uma resposta definitiva a tais mudanças ocorridas, este trabalho buscará levar à constatação de como a transformação do meio econômico pode mudar o próprio meio social de uma comunidade.

O CAFÉ

Para ter-se uma idéia mais clara sobre os efeitos da crise de 1929, deve-se resgatar um pouco do que foi o início da cultura do café e seu conseqüente desenvolvimento.

Tal como produto de importância econômica, o café viria a ocupar lugar de destaque na economia brasileira a partir do século XIX, ainda que já estivesse sendo cultivado no país há algum tempo: “o café, se bem que fora introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti”. (1)

Assim, com o conseqüente desenvolvimento de sua cultura, o café viria a transformar-se ao longo do século XIX não apenas em mais um produto de exportação mas sim, no principal produto a ser exportado pelo Brasil, ocupando mais de quarenta por cento do valor de tal movimento de vendas.

A princípio, a cultura do café organizou-se de forma a aproveitar a mão-de-obra escrava outrora usada em atividades então decadentes como a cultura da cana-de-açúcar ou ainda a queda da mineração. Mas, o fator decisivo que viria a consolidar um verdadeiro surto da lavoura cafeeira no Brasil, surgiria após a abolição da escravatura, no final do século XIX, com a imigração européia que passaria a fornecer a mão-de-obra utilizada no cultivo do café.

A administração do Estado de São Paulo, que viria a tornar-se o principal produtor de café, concentrou seus esforços na busca e incentivo para a imigração: “o imigrante (o italiano sobretudo) será tadozido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado”. (2)

Como resultado deste movimento, o Estado recebeu desde o final do século XIX, até 1930, mais de 2 milhões de imigrantes, dos quais a maior parte iria trabalhar na cultura do café. Aliado a outros fatores favoráveis à cultura do café, como topografia regular, que facilitaria o transporte do produto, boas terras e bom clima, e fácil adaptação do trabalhador europeu, fez com que o Estado de São Paulo, principalmente em sua região oeste, concentrasse as principais lavouras de café, cuja produção viria a ultrapassar os sessenta por cento da produção nacional.

São Pedro, desde então, viria a fazer parte, como mais um município pertencente à região da cafeicultura, (vide ilustração a seguir), inclusive do mesmo sistema de mão-de-obra, onde a imigração italiana

se faria presente, caracterizando até hoje, a maior parte de sua população.

Além de pertencer à região cafeeira, a agricultura sãoopedrense também cairia no mesmo erro que viria a derrubar muitos produtores na época da crise de 29, o investimento maciço na monocultura, de onde os efeitos da crise junto aos problemas da superprodução, viriam a causar uma verdadeira catástrofe em um ambiente onde não se encontravam alternativas econômicas para o café, base de existência da maior parte das fazendas até então.

Este trabalho de pesquisa procurará não apenas resgatar os indícios da cultura de café no município, mas, principalmente, ressaltar os efeitos a longo prazo, da crise de 1929.

(1) - Furtado, C. - Pág. 113.

(2) - Prado, Jr., Caio - Pág. 232.

A CRISE DE 29

Na busca por uma interpretação dos efeitos da crise de 1929 sobre a cafeicultura da época, deve-se analisá-la não apenas como um efeito momentâneo do “crash” da Bolsa de Nova York em 24 de outubro de 1929, mas sim como resultado de um longo processo de resultados negativos, devido aos excedentes na produção e às formas buscadas de controle de mercado.

Como já foi citado, a cafeicultura encontrou no Brasil, ainda no século XIX, um campo favorável para sua expansão, de forma que, com a evolução da cultura, o Brasil consegue chegar ao controle de setenta por cento da oferta mundial de café.

Contudo, o crescimento da produção em face a um mercado promissor, traria um problema de difícil solução: a superprodução, que trazia ao mercado um excedente de produção que, ano após ano, aumentava o estoque de café, forçando a queda no preço, que provocava uma perda permanente de renda para os produtores e para o país.

Constatado o efeito da superprodução, buscou-se como saída a retenção do excedente, fora do mercado, trazendo não apenas a diminuição da oferta do produto como conseqüente valorização no preço, mas também, uma suposta forma de “estoque regulador”. Logo, o empresariado cafeicultor constataria que para tal operação, necessitaria de recursos financeiros que viriam do Estado ou ainda, de empréstimos vindo do exterior. Assim, encontramos dois exemplos deste tipo de “valorização”, como a de 1921, quando o então presidente Epitácio Pessoa, iniciou (após muita relutância e pressões do governo paulista) aquela que viria a ser conhecida como a “terceira valorização”, onde o governo

federal adquiriu 4,5 milhões de sacas, segurando assim a queda de preços. Ou ainda, por meio de empréstimos estrangeiros, como a operação efetuada em maio de 1922, onde contratou-se um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas em Londres para financiar o café retido. Coincidentemente, as safras de 1921/22 e 1922/23, viriam a trazer pouca produção, junto a uma fase de prosperidade econômica dos EUA (que na época aparecia como principal comprador) acabando por facilitar o escoamento do excedente retido, saldando o empréstimo e trazendo a falsa idéia de que seria esta a melhor saída para o controle de mercado.

Assim, graças a mais este “estímulo artificial” recebido, a produção viria a crescer ainda mais, constatando-se um aumento de quase cem por cento no período entre 1925 e 1929. O problema maior, além do excesso da produção, era o fato de manterem-se estáveis os números do consumo por parte dos países importadores de café: “Nos EUA, principal importador, onde a renda real “per capita” aumentou cerca de trinta e cinco por cento no decorrer desse decênio, o consumo de café se manteve em torno de 12 libras-peso por habitante, se bem que os preços no varejo se mantivessem estáveis”. (1)

Tal forma de controle continuou ainda por algum tempo, apesar das críticas que surgiram, como a do deputado Paulo Moraes Barros, do então partido democrático (PD) (que surge como resultado do descontentamento e críticas ao Instituto do Café do Estado de São Paulo), tais estoques reguladores constituíam-se em “cemitérios do café”, sendo necessária a venda de maior quantidade, mesmo que fosse preciso baixar os preços. Mário Rolim Teles (presidente do Instituto de São Paulo) defende-se, apresentando dados estatísticos que demonstravam que o consumo não aumentaria com preços mais baixos.

Mais uma vez, um período de entressafra veio a camuflar a situação, de forma que a safra menor de 1928/29, trouxe alívio aos já aprensivos comerciantes de café, mantendo os preços elevados.

Porém, o pior ainda estaria por vir: “Em 1929, com um frio na espinha, os homens do café vão percebendo que, contra todas as expectativas, a colheita de 1929/30 ia ser a maior da história, superando a de dois anos antes. Desta vez, o Instituto Paulista não tem como obter recursos para controlar a enxurrada de café”. (2)

Assim, como um golpe de misericórdia na agonia da cafeicultura, entra em cena a crise norte-americana: “Nos primeiros dias de outubro, antes portanto do “crash” da Bolsa de Nova York (que se deu a 24 de outubro), começa o pânico, quando os bancos se recusam a descontar saques sobre as firmas de Santos”.

“Ante a impotência do Instituto, os preços ruem. Não há compradores a preço algum”.

“A crise nos EUA agrava ainda mais a situação; a cotação do café em Nova York cai vertiginosamente”. (3)

Os efeitos que se seguiram após o “crash” da Bolsa de Nova York, podem ser sintetizados nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho: “É fácil imaginar o pânico havido em São Paulo. Tinha-se a impressão de um terremoto, ou de um furacão, pela enormidade dos prejuízos e subitaneidade do cataclisma”.

Com a queda da República Velha, o novo regime viria a herdar, as montanhas de café invendável, que abarrotavam os armazéns.

NOTAS-

- (1) - Furtado, C. - Pág. 181.
- (2) - Rev. Nosso Século - Pág. 279.
- (3) - Rev. Nosso Século - Pág. 279.

SÃO PEDRO - 1929

A crise de 29, tem sido abordada ao longo dos tempos por pesquisas de fundo econômico, gráficos de produção, teorias monetárias e outros fatores ligados a teorias financeiras. Porém, qual teria sido o impacto social nas comunidades atingidas pelos efeitos da crise?

Em primeiro lugar, devemos buscar tais efeitos não de uma forma imediata, logo após a “implosão” com o “crash” da Bolsa de Nova York, mas como uma mudança lenta e duradoura que viria, em muitas localidades, a mudar quase que completamente o seu panorama sócio-econômico.

Assim, buscaremos situar alguns fatos e indícios que venham a comprovar uma mudança no cotidiano da cidade de São Pedro na época referida que, apesar dos poucos sinais encontrados atualmente, foi uma comunidade de economia baseada na agricultura, mais precisamente, na cultura do café, constituindo, como a maior parte das zonas de cafeicultura da época, em mais uma região sustentada pela monocultura, conseqüentemente, sujeita também aos riscos de tal prática econômica.

Buscando dar um panorama de como eram as comunidades agrícolas da época, nos basearemos na própria história de uma das fazendas produtoras de café até então, a Fazenda Campestre, de propriedade da família Arruda Mendes, cujo proprietário ao final da década de 1920, era Aureliano de Arruda Mendes Junior, pai da senhora Júnia Mendes de Andrade, que nos faz um relato de como era a vida desta comunidade.

A Fazenda Campestre tinha como cultura principal o café, tendo ainda um pouco de gado e outras culturas de subsistência. De uma forma geral, encontramos na Fazenda Campestre, no período anterior à crise, um meio de trabalho bem desenvolvido para a época; contavam com toda a infra-estrutura necessária para o cultivo do café e seu bene-

ficiamento, além de outros recursos como moinho, manjolo, fabricação de açúcar mascavo para o consumo na comunidade da Fazenda e também profissionais diversos, como carpinteiros e maquinistas, dentre outros.

A fazenda contava ainda com um colonato formado, em sua maior parte, por famílias de imigrantes italianos, que vieram substituir a mão-de-obra escrava, após a abolição da escravatura.

Como nos relata D. Júnia: - “existia muita amizade entre nossa família e os colonos. Fazíamos muitas festas, rezas de terço e outras atividades comunitárias”.

A família morava em Piracicaba e a fazenda era comandada por um administrador que nela residia. Entre as novidades da época, a fazenda contava ainda com uma linha telefônica, a de número 1.

A fazenda praticamente se auto-sustentava. Com o comando do administrador e a mão-de-obra executada pelo colonato, a família Arruda Mendes vivia dos dividendos oriundo do café, mas sem que nenhum de seus membros nela trabalhasse.

Com a crise de 29, aconteceu uma mudança na vida da família Arruda Mendes, iniciada com a volta para a fazenda: - “Depois da crise de 29, nós voltamos para a fazenda. Papai achava que depois de um ano que ficássemos na fazenda, já daria para endireitar outra vez o modo de vida”.

O cotidiano econômico da família também teve uma brusca mudança: - “Mudou muito a nossa vida. Tinhamos seis empregados em nossa casa na cidade, entre eles dois pajens para as crianças. Viemos para a fazenda apenas com uma empregada, que depois de algum tempo, também iria embora. Tivemos que entrar na luta”.

Basta dizer que a volta para Piracicaba não mais aconteceria. Com a persistência da crise, a cultura do café viria a ser abandonada: - “Ficamos com os colonos por mais algum tempo, colhia-se o café, mas não se vendia, vimos que não compensava mais e resolvemos arrendar a fazenda”.

Após 1930, Aureliano de Arruda Mendes Junior, ficou com a fazenda por mais quatro anos. Passado este período, o café foi abandonado e a fazenda arrendada. Na falta de recursos, recorreu-se até mesmo a venda da madeira proveniente da mata nativa que circundava a fazenda e por fim, as próprias casas dos colonos, que foram demolidas e o material vendido.

Acompanhando a história da família, encontramos evidências de que tais perdas não foram um fato isolado, de forma que, aconteceu um fato semelhante com a família de Afonso Gentil de Andrade, proprietário de terras em Santa Maria da Serra, que viria a ser o sogro de D. Júnia, cuja família também acabaria perdendo suas terras devido à crise de 29.

IMIGRANTES- DE COLONOS A PROPRIETÁRIOS

Uma outra mudança importante que aconteceu no panorama sócio-econômico da cidade após a crise de 1929, refere-se a posse das terras, onde a oligarquia cafeeira, daria lugar a uma nova classe de trabalhadores. Assim, encontramos várias famílias de imigrantes italianos que adquiriram terras neste período, fato este que deverá ainda ser pesquisado através de documentos de cartório da época, mas que mesmo em contato com descendentes destas famílias ou mesmo outras pessoas da população são-pedrense, encontramos sempre um “fio condutor” que relaciona casos semelhantes entre tais famílias, onde comenta-se sempre: - “As famílias italianas procuravam economizar o máximo possível e guardar o dinheiro disponível. Assim, com a crise do café, tiveram possibilidade de adquirir terras”.

Apesar de um tanto simplista, tal discurso reflete-se em fatos reais, onde encontramos vários exemplos de ex-colonos que adquirem terras, como é o caso da família Galante, antigos colonos da Fazenda Campestre, que após a crise, adquiriram um sítio no alto da serra de São Pedro. Ou ainda, o exemplo da família Furlan, que chegaria a São Pedro em 1935, vinda de Santa Bárbara D’Oeste, onde o italiano Antonio Furlan Trevisan, viria a comprar a Fazenda Santana, mais uma produtora de café até então.

Encontramos os indícios da decadência do café, no próprio relato da senhora Ignês Furlan Bacchin, uma das filhas de Antonil Furlan Trevisan, que ainda reside em São Pedro: - “Quando meu pai comprou a Fazenda Santana e nos mudamos para São Pedro, encontramos ainda alguns cafezais na fazenda. A parte mais velha da plantação, próxima à sede, foi cortada, pois o preço do café era muito baixo, não compensando sua conservação”.

Em vista de tais fatos, um complemento interessante para tal pesquisa, seria um estudo detalhado não apenas dos negócios de propriedades acontecidos na época, mas também, a oscilação do preço das terras após a crise, para procurar constatar se a queda do café também foi acompanhada por um possível desvalorização das terras, utilizadas para sua cultura.

JORNAL DE SÃO PEDRO

Na busca pela interpretação de fatos e acontecimentos que influenciaram o cotidiano, ou mesmo, a vida de uma comunidade, procuraram-se meios que registrassem ou traduzissem tais efeitos ainda que de forma indireta, fazendo-se necessário um tipo de indagação sobre o documento para possíveis juízos posteriores.

Desta forma, foram encontrados documentos fundamentais para esta pesquisa, nas notícias e publicidades editadas pelo Jornal de São Pedro, impresso entre 1929 e 1931. Por ora, não dispomos de mais informações sobre a história deste jornal mas, a julgar pelo período das edições obtidas junto a Biblioteca Municipal de São Pedro e outros fatos, de âmbito nacional, ocorridos na época de sua edição, podemos encontrar uma explicação para a razão de sua criação e conseqüente extinção.

A coleção existente encadernada na Biblioteca Municipal não é completa, sendo que a primeira edição à disposição é a de número 9, referente ao ano I do Jornal, ou seja, 1929.

Desde o primeiro número existente, encontramos em seu título, a inscrição “Órgão do Partido Republicano Paulista”. Através de tal indício, podemos dividir a história deste jornal em dois períodos: o primeiro, anterior a Revolução de 1930 e o segundo, posterior a mesma. Tal distinção é possível devido ao fato de que, nas edições existentes do ano III, ou seja, 1931, o jornal passa a não mais representar o PRP, passando a imprimir a inscrição “Colaboradores Diversos”, encontrada a partir do número 113, até o último número disponível, a edição 127, de 21 de julho de 1931. Devido a inexistência de outras edições após 1931 e o outro jornal encontrado, impresso anos mais tarde com outro nome, seguindo uma tendência diversa, é de se imaginar que o Jornal de São Pedro, sem o apoio do PRP, ou ainda, por algum outro motivo, não tenha conseguido sustentar-se por muito tempo após a Revolução.

O PRP foi fortemente abalado pela Revolução de 30, pois representava a elite cafeeira dominante até então, transformando-se em opositor ao governo revolucionário.

Percebe-se nas primeiras edições do jornal, que o mesmo atendia aos interesses políticos do PRP, com notícias alusivas às futuras eleições, opondo-se à Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Os primeiros indícios da influência da economia cafeeira, foram encontrados nas várias propagandas de companhias de comissários de café, representados por corretores domiciliados em São Pedro, encarregados da compra do produto diretamente dos produtores. As publicidades encontradas, algumas editadas em quase todos os números pesquisados, trazem como ponto comum o fato de todas as firmas serem estabelecidas em Santos, cidade portuária cuja importância na economia cafeeira, surgia por tratar-se do principal porto exportador do café brasileiro até então.

Desta forma, encontraram-se as seguintes publicidades: “Moraes e Irmão - Comissários”, representados em São Pedro por Paulo A. Godoy, impressa em 31 de março de 1929 ; “Ferraz, Teixeira e Cia. - Comissários”, representados por Francisco Modesto Filho, impressa em 24 de novembro de 1929 ; “Raphael Sampaio e Cia. - Comissários”, representados por Lupércio T. Barros, impressa em 15 de junho de 1930.

Apesar do clima de crise que já encontrava-se em andamento, as notícias ligadas diretamente ao fato são poucas, mais precisamente duas, encontradas nas edições disponíveis de 1929. A primeira, pequena, impressa quase como uma nota de rodapé, parece querer não chamar muita atenção para o fato. Encontrada na edição número 47, de 10 de novembro de 1929, traz como título “A crise do café”, cujo texto, traduz em poucas palavras, a situação na qual encontrava-se a economia do município: “As consequências das más condições do comércio de café e do retrahimento dos bancos em não fornecer dinheiro para custeio, a lavoura cafeeira deste municipio esta sofrendo grandes prejuízos, achando-se em dificuldades os negociantes da nossa praça e, bem assim, centenas de operários agrícolas, por falta de trabalho.

Os fazendeiros são pedreiros aguardam, confiantes, as providencias do patriótico governo tendentes a remedial-os na afflictissima conjuntura”.

A segunda, encontra-se na edição de número 49, de 24 de novembro de 1929, na forma de uma convocação por parte do então prefeito municipal, para um reunião com os lavradores, cujo assunto principal seria a crise do café. Ao contrário da notícia da edição número 47, esta convocação foi estampada como notícia principal de primeira página, logo abaixo do título do jornal, logicamente, além da gravidade do assunto, uma convocação assinada pelo prefeito municipal, por qualquer que fosse, não poderia ser publicada sem tal destaque. Desta forma, encontramos o seguinte texto: “Aos Senhores Lavradores. Em virtude da crise por que está passando a lavoura de café, que lucha no momento com grandes dificuldades, assim como todas as outras classes laboriosas, cumpre sejam tomadas providencias immediatas para a solução do magno problema da qual depende a vida economica do Estado, e mesmo da Nação.

A exemplo do que está fazendo em outros municípios, que se debatem nos tentaculos da tremenda crise, oriunda de diversos fatores conhecidos, urge que os srs. lavradores de São Pedro tomem collectivamente qualquer deliberação no sentido de se attenuarem os males da situação difficil que o município atravessa.

Para este fim, convoco todos os srs. agricultores do municipio para uma reunião no salão da Camara Municipal, no dia 24 do corrente (domingo), às 13 horas, devendo na mesma se tratar de vários assumptos dentre os quais o custeio das fazendas e a renovação dos contractos com os colonos. Como é do interesse geral, espero que este apello será por todos attendido. São Pedro, 22 de novembro de 1929. O prefeito municipal, Alaudio F. Amaral.

Além destas notícias, encontrou-se apenas mais uma comunicação aos lavradores referentes ao custeio de plantações por parte dos bancos, no jornal de 2 de fevereiro de 1930.

A DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA EM SÃO PEDRO

Após a crise de 29, o jornal assume uma posição de neutralidade perante a situação que se seguia. A primeira vista, uma leitura descompromissada, traz a impressão de normalidade, uma certa calma aparente. Porém, é neste período que se encontram as provas mais importantes que denotam a decadência dos cafeicultores no desenrolar da crise, através dos comunicados feitos pelo cartório da cidade e editados pelo jornal.

São editais de protesto, penhoras, leilões de propriedades, hipotecas, quase todos envolvendo não apenas os cafeicultores, mas também, alguns corretores de café como executores hipotecários.

Como característica comum a tais editais, encontram-se observações não apenas, quanto ao patrimônio a ser leiloados mas, principalmente, o estado em que encontravam-se conservados. O primeiro edital encontrado, está no jornal de 05 de janeiro de 1930, que traz a penhora e leilão da propriedade de Benedito Ferreira da Silva e sua mulher, executada por A. Franceschini & Cia. cuja propriedade continha, entre outros bens, "... terras das quais vinte alqueires de terras de cultura contendo café com a idade de cerca de um e meio annos, em completo abandono e sem colonos". A ressalva do abandono, já indica um período de decadência, que será constatado ainda em outros editais de jornais posteriores. No jornal de 16 de fevereiro de 1930, encontra-se um comunicado que tais terras, foram arrematadas pelo próprio executor, A. Franceschini & Cia.

Na edição de 29 de março de 1931, encontra-se o comunicado de penhora e leilão de bens de Julio Carmignani, executada por Lázaro Modesto de Paula, onde lê-se "... o imóvel agrícola de cultura de café denominado Gonçalves ou Floresta". "... vinte mil pés de café aproximadamente em péssimo estado de conservação...".

Encontrou-se mais uma vez o indício da participação dos corretores de café, neste processo falimentar da agricultura sãopedrense, no edital de protesto com a data de 10 de abril de 31, que traz o protesto de Barros & Filho, representados pelo sócio Lupércio Teixeira de Barros, contra João Baptista de Azevedo & Irmãos, que comunicavam: "... que os devedores pretendem alienar o único imóvel que possuem e que se acha situado neste município...". A propósito, Lupércio Teixeira de Barros, era representante da companhia de comissários de café Raphael Sampaio.

De todos editais encontrados, o mais interessante é o edital de protesto da comarca de Dois Córregos, de 30 de março de 1931, impenhorado por Moura, Andrade & Cia., comissários de café estabelecidos em Santos, contra Clodomiro Furquim de Castro, estabelecido em São Pedro, que devia "oito contos, seiscentos e vinte sete mil e novecentos reis, somma essa previamente de vários saques contra elles emitidos pelo

supplicado, e acrescida dos respectivos juro até a presente data”. Tais corretores eram representados pelo Doutor Octávio Andrade que, pelo que tudo indica, seria o mesmo personagem fundador do município de Águas de São Pedro na década de 30.

CONCLUSÃO

Pela constatação dos indícios, da existência da economia cafeeira no município de São Pedro e dos efeitos provocados pela crise de 1929 sobre a comunidade, conclui-se que, uma pesquisa a respeito de tais mudanças, não deve apenas resumir-se a trabalhos quantitativos de produção, até a extinção da cultura na região.

Ao longo da pesquisa relativa aos documentos disponíveis para este projeto, a característica comum encontrada entre os personagens ligados ao café, é a de que, tais pessoas não apenas faziam parte do principal meio econômico da cidade, mas também tinham grande influência no cotidiano da comunidade.

Desta forma, dentre as poucas pessoas citadas, pode-se colocar como exemplos, alguns dos cargos exercidos pelos mesmos: João Baptista de Azevedo (citado em edital de protesto) além de agricultor, foi vereador por diversas legislaturas, o mesmo acontecendo com Francisco Furquim de Castro (também citado em edital de protesto), o que faz entender o quanto poderiam influir nas decisões do município.

Assim, constatada a decadência da oligarquia cafeeira, deve-se imaginar, não apenas o fim de um meio econômico mas, principalmente, a substituição de toda uma esfera de influências e mesmo de comportamento de uma comunidade. Uma mudança nas relações de trabalho, o fim das colônias agrícolas, o movimento de migração para as cidades, o “inchaço” urbano, enfim, a pesquisa deverá tratar além dos efeitos econômicos, as mudanças comportamentais de uma comunidade, em vista de tais circunstâncias.

BIBLIOGRAFIA

- Fausto, Boris, “A REVOLUÇÃO DE 1930”, São Paulo, 1976, 4ª edição, Editora Brasiliense.
- Furtado, Celso, “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”, São Paulo, 1982, 18ª edição, Ed. Nacional.
- Jornal de São Pedro, edições de 1929 a 1931.
- Monbeig, Pierre, “PIONEIROS E FAZENDEIROS DE SÃO PAULO”, São Paulo, 1984, 1ª edição, Ed. Polis.
- “NOSSO SÉCULO”, Coleção, Volume 48, São Paulo, 1980, 1ª edição, Ed. Abril Cultural.

Prado Jr., Caio, "HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL", São Paulo, 1956, 4ª edição, Ed. Brasiliense.

* O autor é R.A. 1.2005-6; 8º Semestre - História; Prof. Fernando T. Silva.